
Peebles, J. , “The future of psychotherapy outcome research: science or political rethoric”
Int. J. Psychoanal., 134 (6): 659-69, 2000.
Resenhado por: Joana Comparato Meyer

Basear a prática nos resultados de estudos científicos é tido como uma das maiores forças no campo da clínica psicológica. A pesquisa sustentando a eficácia da intervenção psicológica tem guiado a prática e o treinamento de psicólogos clínicos. Por um longo tempo, esse tipo de pesquisa não despertou interesse de pessoas fora da disciplina. Mas quando a sociedade como um todo teve de pagar por serviços psicológicos, começou a discussão sobre quem deve receber o serviço, sob que condições e seguindo que tipo de tratamento.

Nos EUA, o governo mostra uma preferência por métodos médicos e farmacológicos para tratar distúrbios mentais, ao passo que o resultado positivo da psicoterapia é olhado com ceticismo. Mas há um desejo de justificar a eficácia de tratamento psicoterápico para o público e para os políticos envolvidos na administração da saúde. Para tal, alguns autores recomendam modificações no modelo experimental das pesquisas sobre eficácia psicoterápica, com o objetivo de influenciar a política de provisão de serviços psicológicos.

Desde a década de 1950, publicações, congressos e pesquisas têm provocado debates sobre a metodologia da pesquisa de resultados. A pesquisa em psicoterapia das décadas de 1950 e 1960, chamada primeira geração, era caracterizada por conceitos operacionais muito amplos e controles mínimos, tendo sido feita durante esse período a primeira pesquisa de saúde mental pelo governo norte-americano.

A segunda geração, das décadas de 1960 e 1970, foi caracterizada por estudos sobre efeito para um problema em particular, em vez de se perguntar se a psicoterapia funcionava. Não havia muita especificidade, e um maior refinamento na metodologia de estudo só foi visto na terceira geração, nos anos 1980. Esse tipo de estudo de eficácia, apesar do maior

rigor metodológico, não refletia com exatidão o tipo de terapia que é geralmente praticado. Agora estamos vivendo o debate sobre os parâmetros para a próxima geração, num esforço de validar os métodos e justificar a provisão dos serviços psicoterápicos.

Há opiniões variadas sobre as forças e as limitações nas pesquisas de resultado psicoterápico. Existem incongruências entre a natureza da terapia e as exigências da pesquisa científica, pois falta consenso nas definições de saúde mental, psicoterapia, cura, ficando esses valores a critério do avaliador. O problema é estabelecer uma única definição que satisfaça todas as partes interessadas no tratamento e nos seus resultados.

A solução para isto está no modelo tripartido, segundo o qual as perspectivas do paciente, do terapeuta e da sociedade são incorporadas para um quadro completo das conseqüências da psicoterapia. Essa incorporação de múltiplas perspectivas é incongruente com postulados científicos realistas (uma única realidade é percebida por vários indivíduos), mas apresenta várias vantagens na pesquisa psicoterápica. Por exemplo: apreender a construção de sentido pelas diferentes pessoas, evidenciar e melhorar a construção da validade nos estudos, gerar informações relevantes fora da comunidade científica e aumentar sua probabilidade de ser aceita pelas pessoas que tomam as decisões sobre políticas de saúde. Além do mais, para a ciência pós-moderna, o objetivo do pesquisador é capturar as realidades construídas socialmente por diferentes indivíduos e grupos.

A recomendação de que os pesquisadores comuniquem seus achados diretamente às entidades burocráticas e ao público em geral (de maneira intencionalmente persuasiva) logra um controle de qualidade e não é o modo apropriado de chamar a atenção para estas questões, pois perde sua validade como investigação científica e se torna um programa de avaliação. A avaliação tem como objetivo descrever e medir o valor de um serviço no intuito de facilitar e influenciar decisões sobre ele. Os parâmetros de medida são critérios abstratos, baseados nas necessidades e preferências de sua audiência.

Com base nesta distinção de intenções entre a pesquisa científica (curiosidade), e programa de avaliação (prover informações para quem toma decisões), alguns autores defendem a adoção da segunda opção para ajudar a promover a prática clínica da psicologia e influenciar as políticas de saúde. O uso da ciência na arena política, apesar de chamar atenção para suas causas, pode ter conseqüências negativas, como detrimento e desvalorização de seus resultados.

Lobistas, políticos, o público e muitos psicólogos são influenciáveis pelo conceito de objetividade científica. Apesar disso, métodos científicos tradicionais talvez não sejam os mais adequados para algumas questões sobre resultados na psicoterapia. Na modificação dos métodos científicos, entretanto, ainda há lacunas

a serem explicadas. Mas a validade desse procedimento no processo científico deve se manter acima de qualquer distorção por razões políticas, sob o preço de não se estar mais praticando ciência.